

[Handwritten signature]

CADERNO DE ENCARGOS

146-C-BS-2021 - TRANSPORTES

ESCOLARES 2021-2022

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a - Objeto	3
Cláusula 2. ^a - Contrato	3
Cláusula 3. ^a - Duração do contrato	4
Cláusula 4. ^a - Regularidade do serviço	4
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
SECCÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	4
<i>Subsecção I - Disposições gerais</i>	<i>4</i>
Cláusula 5. ^a - Obrigações do prestador de serviços	4
Cláusula 6. ^a - Forma de prestação do serviço	4
Cláusula 7. ^a - Identificação dos veículos nos circuitos especiais	4
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados</i>	<i>5</i>
Cláusula 8. ^a - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 9. ^a - Proteção de dados	5
SECCÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBÇA	6
Cláusula 10. ^a - Preço contratual	6
Cláusula 11. ^a - Preço base	6
Cláusula 12. ^a - Condições de pagamento	7
CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS	7
Cláusula 13. ^a - Garantia de cumprimento contratual	7
Cláusula 14. ^a - Seguros e Inspeções Periódicas das Viaturas	7
CAPÍTULO IV – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	8
Cláusula 15. ^a - Não execução dos circuitos	8
Cláusula 16. ^a - Não cumprimento do contrato	8
CAPÍTULO V – GESTÃO DO CONTRATO	8
Cláusula 17. ^a - Supervisão e controlo	9
Cláusula 18. ^a - Funções do gestor do contrato	9
CAPÍTULO VI – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
Cláusula 19. ^a - Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante	10
Cláusula 20. ^a - Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO VII – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO	10
Cláusula 21. ^a - Condições de modificação do contrato	10
CAPÍTULO VIII – RESOLUÇÃO DO CONTRATO	11
Cláusula 22. ^a - Resolução por parte do Município de Alcobça	11
Cláusula 23. ^a - Resolução por parte do fornecedor	11
CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS	12
Cláusula 24. ^a - Comunicações e notificações	12
Cláusula 25. ^a - Legislação aplicável	12
ANEXO A - CLÁUSULAS TÉCNICAS	13
Cláusula 1. ^a - Objeto e Condições Gerais	13
Cláusula 2. ^a - Lote 1 - Transportes escolares – circuitos especiais 1.º ciclo	13
Cláusula 3. ^a - Lote 2 - Transportes escolares – outros circuitos	14
ANEXO A.1 – CIRCUITOS ESPECIAIS 1.º CICLO	15
ANEXO A.2 – OUTROS CIRCUITOS	18

**CADERNO DE ENCARGOS - 146-C-BS-2021 - TRANSPORTES
ESCOLARES 2021-2022**

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

1 - O presente concurso tem por objeto principal a aquisição de serviços de transportes escolares para o ano letivo 2021/2022, de acordo com as condições definidas no Caderno de Encargos.

2 - O presente concurso compreende os seguintes lotes:

Lote 1 – Transportes Escolares – Circuitos especiais 1.º ciclo; e

Lote 2 – Transportes Escolares – Outros circuitos.

Cláusula 2.^a - Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Cláusula 3.^a – Duração do contrato

O presente contrato mantém-se em vigor durante o ano letivo 2021/2022, mantendo-se até final as condições de preços e serviços oferecidos.

Cláusula 4.^a – Regularidade do serviço

Os circuitos especiais deverão ser executados com a regularidade prevista nos planos de transportes definidos para o lote 1 no Anexo A.1. e para o lote 2 no anexo A.2.

Capítulo II – Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 5.^a - Obrigações do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de cumprir com zelo o serviço contratado.

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a - Forma de prestação do serviço

Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com o gestor do contrato da parte do Município de Alcobaca.

Cláusula 7.^a – Identificação dos veículos nos circuitos especiais

A identificação dos veículos utilizados na execução dos circuitos especiais é obrigatória, nos termos do n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua atual redação.

Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados

Cláusula 8.ª - Objeto do dever de sigilo

1 — O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alcobça, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª – Proteção de dados

1 — O artigo 6.º do **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados** indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando "*o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados*", e "*o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito*".

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 — Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a **publicitação do contrato**, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com exceção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais**.

Secção II - Obrigações do Município de Alcobça

Cláusula 10.^a - Preço contratual

1 — Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 — Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato.

Cláusula 11.^a - Preço base

1 - O preço base global de contrato definido nos termos do artigo 47.º do CCP é de € 60.427,50+IVA o qual respeita o artigo 73.º do Orçamento de Estado para 2021, com dois lotes:

(i) LOTE 1 (Transportes escolares – circuitos especiais 1.º ciclo) – Preço base = €33.442,50+IVA, com preço base unitário por dia de:

- 1. Percurso 1 - €24,50+IVA;**
- 2. Percurso 2 - €24,50+IVA;**
- 3. Percurso 3 - €24,50+IVA;**
- 4. Percurso 4 - €24,50+IVA;**
- 5. Percurso 5 - €24,50+IVA;**
- 6. Percurso 6 - €24,50+IVA; e**
- 7. Percurso 7 - €24,50+IVA.**

(ii) LOTE 2 (Transportes escolares – outros circuitos) – Preço base = €26.985,00+IVA, com preço base unitário por dia de:

- 1. Percurso 1 - €27,00+IVA;**
- 2. Percurso 2 - €27,00+IVA;**
- 3. Percurso 3 - €55,00+IVA; e**
- 4. Percurso 4 - €28,00+IVA.**

2 - Os preços contratuais apresentados pelo concorrente contêm todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobaça, incluindo as despesas de alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

3 - Nos termos da **alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.**

Cláusula 12.ª - Condições de pagamento

1 - A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Alcobaça, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobaça das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e deve fazer sempre referência ao n.º de compromisso, processo e requisição externa.

2 - A faturação é mensal e corresponde apenas ao n.º de dias de serviço efetuado do mês a que respeita.

3 - Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobaça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque.

Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros

Cláusula 13.ª - Garantia de cumprimento contratual

O Município procede à retenção de 10% do valor do pagamento a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador do serviço das obrigações contratuais ou legais ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

Cláusula 14.ª - Seguros e Inspeções Periódicas das Viaturas

1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce, assim como ter em dia a inspeção das viaturas que utiliza na

prestação do serviço.

2 — O Município de Alcobça pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro e comprovativos do último pagamento, assim como das inspeções referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia útil.

Capítulo IV – Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 15.^a – Não execução dos circuitos

1 — O adjudicatário só poderá não realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior comunicados ao Município de Alcobça.com 30 dias de antecedência da data prevista do seu termo.

2 — Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações das componentes que integram os custos dos transportes.

Cláusula 16.^a – Não cumprimento do contrato

1 — O adjudicatário não receberá qualquer pagamento pelos períodos em que não tenha assegurado a realização dos circuitos.

2 — Sempre que o transporte não se realize por causa imputável ao adjudicatário, este fica obrigado a indemnizar o Município de Alcobça em 75% do preço do serviço correspondente ao período em que o circuito não tenha sido executado.

3 — Nos casos em que, por motivos imputáveis ao adjudicatário, o período de interrupção de todo ou parte do serviço seja superior a 5 dias escolares consecutivos ou a 15 intercalados há lugar à rescisão do contrato, sendo ainda a indemnização a que se refere o número anterior agravada para o montante equivalente ao preço mensal do circuito, correspondendo o mês letivo a 22 dias.

4 — As indemnizações devidas nos termos do presente artigo poderão ser deduzidas das somas devidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário.

Capítulo V – Gestão do contrato

Cláusula 17.^a – Supervisão e controlo

- 1 — O contraente público designa como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º -A, Maria Manuela Monteiro das Neves, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
- 2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.
- 3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
- 4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Cláusula 18.^a – Funções do gestor do contrato

- 1 - O gestor do contrato deve:
 - a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
 - b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
 - c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
 - d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.



2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

Capítulo VI – Cessão da posição contratual

Cláusula 19.^a – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante

1 - A subcontratação pelo prestador de serviço / fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que foram exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato.

Capítulo VII – Modificação do contrato

Cláusula 20.^a – Condições de modificação do contrato

1 - Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do CCP e por razões devidamente identificadas e justificadas, o contrato pode vir a ter circuitos a mais e/ou a menos, nos termos previstos no regime substantivo dos contratos administrativos do CCP, designadamente por via de situações supervenientes e / ou imprevistas relativamente à data de abertura do presente procedimento.

2 — No caso de no início ou ao longo do ano letivo, se verificar que a realização de

determinado circuito não é necessária, por motivo superveniente à abertura deste procedimento, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para a não realização desse circuito.

3 — Também poderá haver lugar à rescisão de um circuito se no decorrer do ano letivo deixar de se justificar ou o número de alunos se tenha alterado e o modo de transporte careça de características diversas da contratualizada.

Capítulo VIII – Resolução do contrato

Cláusula 21.^a - Resolução por parte do Município de Alcobaca

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Alcobaca pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alcobaca.

Cláusula 22.^a - Resolução por parte do fornecedor

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobça, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IX - Disposições finais

Cláusula 23.ª - Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos) e demais legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

ANEXO A - Cláusulas Técnicas

Cláusula 1.^a – Objeto e Condições Gerais

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de transportes escolares para o ano letivo 2021/2022, nos seguintes termos:

- **LOTE 1 – Transportes escolares – circuitos especiais 1.º ciclo; e**
- **LOTE 2 – Transportes escolares – outros circuitos.**

Cláusula 2.^a – Lote 1 - Transportes escolares – circuitos especiais 1.º ciclo

1 - Circuitos enquadráveis no âmbito da alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação.

2 - Para o transporte de alunos conforme circuitos definidos no anexo A.1, deverão ser efetuados todos os percursos indicados de acordo com as especificações apresentadas e legislação em vigor, nomeadamente **Lei n.º 13/2006, de 17 de abril**, na sua atual redação.

3 - O veículo deverá estar preparado para transportar alunos para os percursos em causa no intervalo de idades e necessidades especiais conforme indicado no anexo A.1.

4 - O serviço a prestar deve incluir auxiliar de acompanhamento para os percursos sempre que solicitado no anexo A.1.

5 - O transporte deverá ser efetuado de acordo com as normas legais em vigor, nomeadamente **Lei n.º 13/2006, de 17 de abril**, na sua atual redação.

6 - Não se aceitam percursos com passagem pelo IC2.

7 - O adjudicatário deverá respeitar os trajetos solicitados no anexo A.1.

Cláusula 3.^a – Lote 2 - – Transportes escolares – outros circuitos

1 - Circuitos **não enquadráveis** no âmbito da alínea g) do n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

2 - Para o transporte de alunos conforme circuitos definidos no anexo A.2, deverão ser apresentadas propostas para todos os percursos indicados de acordo com as especificações apresentadas e legislação em vigor, nomeadamente **Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua atual redação.**

3 - O veículo deverá estar preparado para transportar alunos para os percursos em causa no intervalo de idades indicado no anexo A.2.

4 - O transporte deverá ser efetuado de acordo com as normas legais em vigor, nomeadamente **Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua atual redação.**

5 - O adjudicatário deverá respeitar os trajetos solicitados no anexo A.2.

ANEXO A.1 – Circuitos Especiais 1.º ciclo

1.1	Percurso 1	Moleanos - EB1 Ataíja de Cima - Moleanos
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso: Moleanos - EB1 Ataíja de Cima	
	Partida	08:45
	Local Recolha	Moleanos
	Descrição percurso EB1 Ataíja de Cima - Moleanos	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 Ataíja de Cima
	N.º alunos	4
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.2	Percurso 2	Casais de Santa Teresa - EB1 Ataíja de Cima - Casais de Santa Teresa
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso Casais de Santa Teresa - EB1 Ataíja de Cima	
	Partida	08:40
	Local de Recolha:	Junto à Escola dos Casais de Santa Teresa
	Descrição percurso EB1 Ataíja de Cima - Casais de Santa Teresa	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 Ataíja de Cima
	N.º alunos	7
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.3	Percurso 3	Portela do Pereiro - EB1 dos Carris - Portela do Pereiro
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso: Portela do Pereiro - EB1 dos Carris	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Portela do Pereiro
	Descrição do percurso: EB1 dos Carris - Portela do Pereiro	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 dos Carris
	N.º alunos	6
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril

1.4	Percurso 4	Fonte Santa - EB1 dos Carris - Fonte Santa
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso: Fonte Santa - EB1 dos Carris	
	Partida	08:30
	Local Recolha	EB1 Fonte Santa
	Descrição do percurso: EB1 dos Carris - Fonte Santa	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	EB1 dos Carris
	N.º alunos	4
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.5	Percurso 5	Montes - E.B.1 Alpedriz - Montes
	Horário Escolar:	8:30 - 17:30
	Descrição percurso: Montes - E.B.1 Alpedriz	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Montes
	Descrição do percurso: E.B.1 Alpedriz - Montes	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	E.B.1 Alpedriz
	N.º alunos	8
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril
1.6	Percurso 6	Valado de St.ª Quitéria - EB1 Casal Velho - Valado de St.ª Quitéria
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso Valado de St.ª Quitéria - EB1 Casal Velho	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Escola de Santa Quitéria
	Descrição percurso EB1 Casal Velho - Valado de St.ª Quitéria	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	Escola EB1 Casal Velho
	N.º alunos	5
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril

DIVISÃO FINANCEIRA

UNIDADE DE CONCURSOS E GESTÃO DE COMPRAS

1.7	Percurso 7	Moita do Poço – Centro Escolar de Turquel - Moita do Poço
	Horário Escolar:	9:00 - 17:30
	Descrição percurso Moita do Poço – Centro Escolar de Turquel	
	Partida	08:30
	Local Recolha	Moita do Poço
	Descrição percurso Centro Escolar de Turquel - Moita do Poço	
	Regresso	17:30
	Local Recolha	Centro Escolar de Turquel
	N.º alunos	3
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195 dias
	Intervalo de idades	6 a 10 anos de idade
	Necessita de auxiliar	Depende do tipo de transporte proposto conforme artigo 8.º da Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril

ANEXO A.2 – Outros Circuitos

OUTROS CIRCUITOS ESCOLARES - FORA DO ÂMBITO DOS CIRCUITOS ESPECIAIS		
2.1	Percurso 1	Associação de B.E. Martingança - JI/EB1 Martingança - Associação de B.E. Martingança
	Horário Escolar:	09:00 - 15:30
	Descrição percurso: Associação de B.E. Martingança - EB1/JI Martingança	
	Partida	09:00
	Local Recolha	Associação de B.E. Martingança
	Descrição percurso: JI/EB1 Martingança - Associação de B.E. Martingança-	
	Regresso	15:30
	Local Recolha	JI/EB1 Martingança
	N.º alunos	65
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	200
	Intervalo de idades	4 a 10 anos de idade
2.2	Percurso 2	EB1/JI Martingança - Associação de B.E. Martingança - JI/EB1 Martingança (almoço)
	Horário Escolar:	12:00 - 13:30
	Descrição percurso: EB1/JI Martingança- Associação de B.E. Martingança	
	Partida	12:00
	Local Recolha	EB1/JI Martingança
	Descrição percurso :Associação de B.E. Martingança-JI/EB1 Martingança	
	Regresso	13:15
	Local Recolha	Associação B.E. Martingança
	N.º alunos	65
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	200
	Intervalo de idades	4 a 10 anos de idade
2.3	Percurso 3	Estação Rodoviária- Escola Secundaria Dª Inês de Castro- Estação da Rodoviária
	Horário Escolar:	8:00 - 18:00
	Descrição percurso: Estação da Rodoviária- Escola Secundaria Dª Inês de Castro	
	Partida	08:00
	Local Recolha	Garagem da Rodoviária
	Descrição percurso: Escola Secundaria Dª Inês de Castro - Estação da Rodoviária	
	Regresso	18:00
	Local Recolha	Escola Secundaria Dª Inês de Castro
	N.º alunos	50
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195
	Intervalo de idades	14 a 18 anos de idade

2.4	Percurso 4	EB1 Póvoa /Centro de Bem Estar de Cós / EB1 Póvoa (almoço)
	Horário Escolar:	12:00 - 13:30
	Descrição percurso: EB1 Póvoa /Centro de Bem Estar de Cós	
	Partida	12:00
	Local Recolha	EB1 Póvoa
	Descrição percurso: Centro de Bem Estar de Cós / EB1 Póvoa	
	Regresso	13:15
	Local Recolha	Centro de Bem Estar de Cós
	N.º alunos	25
	N.º de dias estimados para a realização do serviço	195
	Intervalo de idades	4 a 10 anos de idade